

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.929 - JP (2019/0271141-4)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL REGIONAL DE FUKUOKA, AGÊNCIA KOKURA,  
3ª VARA CÍVIL  
**INTERES.** : TOSHIAKI NAKAMURA  
**PARTE** : MAKI SHIBATA  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça japonesa solicita que se proceda à notificação de Toshiaki Nakamura para que compareça a **audiência de ação cível marcada para o dia 22 de junho de 2020, às 10 horas.**

O Ministério Público Federal opina pela concessão do *exequatur* com aplicação do contraditório diferido, em razão da proximidade da data designada pela Justiça estrangeira para a audiência e informou endereço alternativo para localização do interessado (fl. 73).

É o relatório. Decido.

Merece acolhida a manifestação ministerial, de que deve ser aplicado ao caso o § 1º do art. 216-Q do RISTJ, que autoriza a concessão da ordem sem a prévia oitiva da parte interessada "quando sua intimação prévia puder resultar na ineficiência da cooperação internacional".

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de São Paulo, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 30 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

